

Biblioteca

Pelo Senhor Bastonário da Ordem foi endereçado ao Primeiro-Ministro, o Dr. Mário Soares, o officio que a seguir se transcreve:

Lisboa, 4 de Julho de 1978

Senhor Primeiro-Ministro,

Excelência:

Desde há vários anos que a Biblioteca da Ordem dos Advogados passou a ser regularmente frequentada por alunos da Faculdade de Direito.

Com o decorrer do tempo, o ritmo dessa frequência foi aumentando em termos de os alunos da Faculdade passarem a representar a maior parte dos leitores.

Diversas razões explicam a situação assim criada. As mesmas não é seguramente alheia a própria localização da Biblioteca e, principalmente, a simplificação desburocratizada que assegura aos leitores um fácil e rápido acesso aos livros que pretendam consultar.

De toda a maneira, certo é terem as coisas evoluído de modo a transformar, de facto, a Biblioteca da Ordem numa biblioteca pública ou quase pública.

A nota estatística, elaborada pelos Serviços da Ordem, que junto tomo a liberdade de enviar a V. Ex.^a, ilustra bem só por si, aquilo que acabo de afirmar.

Dela decorre que, em relação ao total de leitores, os alunos da Faculdade representam uma percentagem que tende para os setenta por cento. E se, juntamente com esse alunos, forem considerados os magistrados e professores, pode adiantar-se com segurança que a Biblioteca da Ordem é utilizada por não advogados numa percentagem superior à mencionada.

A Ordem dos Advogados tem, evidentemente, o maior gosto em colaborar na formação de novos juristas, facultando-lhes nas melhores condições possíveis o acesso aos livros de que dispõe. Coisa idêntica sucede relativamente às demais pessoas que não são advogados e também frequentam a Biblioteca.

Só que tão acentuado alargamento — para além dos advogados — de leitores redundou, e redundará, num correlativo alargamento de encargos.

Assim, por exemplo, neste momento, há que fazer o recrutamento urgente de, pelo menos, um novo elemento para o pessoal da Biblioteca.

Do volume de tais encargos pode fazer-se uma ideia através do apontamento, que igualmente me permito enviar, elaborado a partir de dados recolhidos nos serviços de contabilidade.

Ponderando o exposto, afigurou-se-me que se impunha fazer uma reflexão sobre o significado e importância da função que, nos termos expostos, a Biblioteca da Ordem tem vindo a desempenhar.

Se se atender que essa função tem real relevância, creio ser razoável que o Estado assegure uma adequada participação nos respectivos encargos.

Apesar de o Estado não precisar que outrem suporte os encargos que se entenda deverem competir-lhe, permito-me anotar que teria sido meu desejo não pôr a V. Ex.^a o problema para que acabo de apontar.

Acontece, porém, que a Ordem tem naturalmente os seus problemas financeiros e que uma das minhas atribuições é cuidar também desses aspectos da Instituição.

Dal permitir-me submeter à consideração de V. Ex.^a o assunto a que sumariamente fica feita referência, solicitando que ao mesmo seja dispensada a atenção que julgo merecer.

Submeto o assunto a V.^a Ex.^a, e não ao Senhor Ministro da Justiça, pela circunstância de o mesmo exorbitar claramente do tipo de questões que a Ordem deve tratar no âmbito do Ministério da Justiça.

Se for de entender que é razoável encarar a participação do Estado nos encargos da Biblioteca da Ordem, permitir-me-ia ir um pouco mais além, solicitando que essa participação, no ano em curso, fosse acrescida de um «adicional», que se explicaria por nos anos anteriores o Estado não ter suportado quaisquer encargos. Ainda que se não pense, evidentemente, em nada que pudesse ser entendido como correspondendo, em termos de «retroactividade», àquilo que, porventura, devesse ter sido a participação do Estado em anos passados.

Finalmente, na linha de orientação que tenho vindo a desenvolver, parece ser a todos os títulos justificado que à Biblioteca da Ordem seja enviado pelo «depósito legal» um exemplar das obras de direito e ciências sociais publicadas no País.

Antecipadamente agradecido pela atenção que possa dispensar no assunto, apresento a V. Ex.^a, Senhor Primeiro-Ministro os meus melhores e respeitosos cumprimentos.

António Carlos Lima